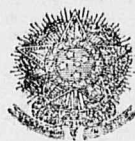


# DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

DE SANTA



CATARINA

ANO XVII

Florianópolis, 3 de maio de 1950

NÚMERO 4.169

## GOVERNO DO ESTADO

Decreto de 19 de abril de 1950

### O GOVERNADOR RESOLVE

#### Designar:

De acordo com o art. 45, parágrafo único, da lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

Waldemiro Simões de Almeida, ocupante do cargo de Escrivão do Crime, padrão F, do Quadro Único do Estado, para, pelo prazo de um ano, ter exercício na Secretaria da Segurança Pública. (1658)

Decreto de 21 de abril de 1950

### O GOVERNADOR RESOLVE

#### Designar:

João Kraes Campos, Escrevente Juramentado, para, interinamente, exercer o cargo de Escrivão do Crime, Execuções Criminais, do Cível, Comércio, Feitos da Fazenda e Provedorias e Anexos da Comarca de Aratanguá. (1659)

Decretos de 28 de abril de 1950

### O GOVERNADOR RESOLVE

#### Promover, por merecimento:

De acordo com o art. 54, da lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:  
Zenon da Silva Fernandes, do cargo da classe J da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Único do Estado, ao cargo da classe K dessa carreira, vago em virtude da aposentadoria de Arlindo da Costa Arantes. (1654)  
Reclotti Queluz, do cargo da classe I da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Único do Estado, ao cargo da classe J dessa carreira, vago em virtude da promoção de Júlio Teixeira. (1654)

#### Promover, por antiguidade:

De acordo com o art. 58, § 2º, da lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:  
Júlio Teixeira, do cargo da classe J da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Único do Estado, ao cargo da classe K dessa carreira, vago em virtude da aposentadoria de José Avelino de Sousa. (1656)  
Marilza Carvalho, do cargo da classe I da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Único do Estado, ao cargo da classe J dessa carreira, vago em virtude da promoção de Zenon da Silva Fernandes. (1662)

#### Nomear:

De acordo com o art. 15, item IV, da lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:  
Alvaro Lopes da Costa para exercer, interinamente, o cargo da classe G da carreira de Auxiliar de Laboratório, do Quadro Único do Estado, vago em virtude da promoção de Astrogildo Soares de Carvalho. (1660)  
Aldo Sousa para exercer, interinamente, o cargo da classe G da carreira de Auxiliar de Laboratório, do Quadro Único do Estado, vago em virtude da demissão de Onadir Angelino Lopes. (1661)

Decreto de 29 de abril de 1950

### O GOVERNADOR RESOLVE

#### Nomear:

De acordo com o art. 15, item II, da lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:  
Aci Aviano Varela Xavier para exercer o cargo da classe I da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Único do Estado, vago em virtude da promoção de Reclotti Queluz, para ter exercício no

Tesouro do Estado, preenchendo o claro existente na lotação com a aposentadoria de José Avelino de Sousa. (1664)

Portarias de 24 de abril de 1950

### O GOVERNADOR RESOLVE

#### Conceder licença:

De acordo com o art. 162, alínea a, da lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:  
A Benta Custódia de Medeiros, Professora Auxiliar, referência II (Escola mista de Siqueiro, distrito de Pescaria Brava, município da Laguna), de 120 dias, sendo 60 com vencimento integral e 60 com o desconto de um terço do vencimento, a contar de 3 de abril de 1950. (1652)

#### Conceder licença-prêmio:

De acordo com o art. 178, da lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:  
A Araceli Rodrigues Friedrich, ocupante do cargo da classe H da carreira de Professor Normalista, do Quadro Único do Estado, com exercício no Grupo Escolar "Professor Balduino Cardoso", de Pôrto União, de seis meses, correspondente ao decênio compreendido entre 16 de agosto de 1939 e 16 de agosto de 1949.  
A Maria Virgínia Gomes Cardoso, ocupante da função de Professor Complementarista, referência IV, com exercício na Escola de Três Riachos II, município de Biguaçu, de seis meses, correspondente ao decênio compreendido entre dezembro de 1934 e dezembro de 1944. (1628)

A Maria de Sousa Santos, ocupante do cargo de Professor Complementarista, padrão C, do Quadro Único do Estado, com exercício na Escola de Santa Luzia, município de Tijucas, de seis meses, correspondente ao decênio compreendido entre 18 de abril de 1938 e 18 de abril de 1948. (1629)

A José Chrisóstomo de Andrade, ocupante do cargo de Porteiro, padrão G, do Quadro Único do Estado, com exercício na Secretaria de Segurança Pública, de seis meses, correspondente ao decênio compreendido entre 29 de julho de 1936 e 29 de julho de 1946. (1613)

A Beatriz Pinto de Oliveira, ocupante da função de Professor Complementarista, referência IV, com exercício na Escola de Braço do Norte, município de Tubarão, de seis meses, correspondente ao decênio compreendido entre 16 de setembro de 1938 e 16 de setembro de 1948. (1630)

A Maria Diná Moreira, ocupante da função de Professor Complementarista, referência IV, com exercício nas Escolas Reunidas "Professor Jerônimo Francisco Coelho Pacheco", de Frágosos, município de Campo Alegre, de seis meses, correspondente ao decênio compreendido entre 5 de setembro de 1938 e 5 de setembro de 1948. (1631)

A Nelson Fábio da Silveira, ocupante do cargo da classe G da carreira de Almoçoante, do Quadro Único do Estado, com exercício na Diretoria de Obras Públicas, de seis meses, correspondente ao decênio compreendido entre dezembro de 1937 e dezembro de 1947. (1638)

A Simão Juraszek, Professor da escola de São Pedro, distrito de Rio Negrinho, município de São Bento do Sul, de seis meses, correspondente ao decênio compreendido entre 14 de julho de 1938 e 14 de julho de 1948.

Portarias de 27 de abril de 1950

### O GOVERNADOR RESOLVE

#### Dispensar:

Gustavo Kunze das funções de Sub-Delegado de Polícia do distrito de Massaranduba, município de Guaramirim. (1618)

Perfeito Alechin das funções de 1º suplente do Sub-delegado de Polícia do distrito de Massaranduba, município de Guaramirim. (1621)

Tomaz Tornowski das funções de 1º suplente do Delegado de Polícia do município de Guaramirim. (1622)

Guilherme Bode das funções de 2º suplente do Delegado de Polícia do município de Guaramirim. (1623)

#### Designar:

Wigando Donath para exercer as funções de Sub-delegado de Polícia do distrito de Massaranduba, município de Guaramirim. (1617)

Ladislau Kasimirski para exercer as funções de 1º suplente do Sub-delegado de Polícia do distrito de Massaranduba, município de Guaramirim. (1619)

Thomaz Tornowski para exercer as funções de 2º suplente do Sub-delegado de Polícia do distrito de Massaranduba, município de Guaramirim. (1620)

Arnold Fischer para exercer as funções de 1º suplente do Delegado de Polícia do município de Guaramirim. (1614)

Saturnino Rosa para exercer as funções de 2º suplente do Delegado de Polícia do município de Guaramirim. (1615)

João Moreira Sobrinho para exercer as funções de 1º suplente do Sub-delegado de Polícia do distrito de Santa Cecília, município de Curitibaanos. (1616)

Portaria de 29 de abril de 1950

### O GOVERNADOR RESOLVE

#### Nomear:

João Pedro Rosar para exercer o cargo da classe I da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Único do Estado, vago em virtude da promoção de Marilza Carvalho, para ter exercício no Tesouro do Estado, preenchendo o claro existente na lotação com a aposentadoria de Arlindo da Costa Arantes. (1663)

## INTERIOR E JUSTIÇA, EDUCAÇÃO E SAÚDE

Portarias de 9 de março de 1950

### O SECRETARIO RESOLVE

#### Conceder dispensa:

A professora Marília Schutel dos Santos, do Curso Primário Complementar do Grupo Escolar "Santos Dumont", de Garcia, cidade de Blumenau, a contar de 1º de março de 1950.

#### Dispensar:

A professora Edla Kolbe da regência de seções no Curso Primário Complementar da cidade de Ibirama, a contar de 1º de março de 1950.

A professora Hertha Kolbe da regência de seções no Curso Primário Complementar da cidade de Ibirama, a contar de 1º de março de 1950.

A professora Nair Ladário Ribeiro da regência de seções no Curso Primário Complementar da cidade de Ibirama, a contar de 1º de março de 1950.

O professor Cesar de Araújo Góss da regência de seções no Curso Primário

Complementar do Grupo Escolar "Eliseu Guilherme", da cidade de Ibirama, a contar de 1º de março de 1950.

#### Remover, por permuta:

Catarina Zucco, Regente de Ensino Primário, padrão E, da Escola mista de Pogo Fundo para as Escolas Reunidas "Professor Carlos Maffezzoli", de Botuverá, e desta para aquela José Quintino Pereira, Professor, referência III, ambas no distrito e município de Brusque.

#### Admitir:

De acordo com a lei n. 277, de 18 de julho de 1949 e com o salário diário de Cr\$ 19,60 (dezenove cruzeiros e sessenta centavos), correndo a despesa por conta da dotação 26-1-26 do orçamento vigente:

Irmã Melânia Malkowski para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor na Escola mista de vila de Apiuna, município de Indaial.

Adelaide Hall para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor na Escola mista de Engenho Velho, distrito e município de Concórdia.

A complementarista Isarina Pires (Irmã) para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer a função de Professor Auxiliar na Escola mista desdobrada da vila de Acurra, distrito de Acurra, município de Indaial, com o salário diário de dezesseis cruzeiros ..... (Cr\$ 16,00), correndo a despesa por conta da dotação 26-1-26 do orçamento vigente.

Portarias de 10 de março de 1950

### O SECRETARIO RESOLVE

#### Remover:

Irene Peyerl, Professora diarista, da Escola mista da Estação do Rio Vermelho, distrito de São Bento do Sul, para a mista de Km. 75 Estrada D. Francisca, distrito e município de São Bento do Sul, visto ter sido a Escola provida por concurso.

#### Remover, a pedido:

Altamiro Rocha Linhares, Professor, referência III, da Escola mista de Vargem dos Bugres, distrito de Agutã, município de Nova Trento, para a mista de Barra do Espraiado, distrito de Canelinha, município de Tijucas.

Alda Antônia dos Santos, Professora, referência III, da Escola mista do Rio dos Bobos, distrito e município de Pôrto Belo, para a mista de Areado, distrito de São João Batista, município de Tijucas.

Conceição Vieira Rosa, Professora, referência III, da Escola mista de Km. 75 Estrada D. Francisca, distrito de São Bento do Sul, para a mista de Vila Nova, distrito de Rio Negrinho, município do Rio do Sul.

Aurora Furtado, Professora, referência III, da Escola mista de Sertão do Perequê, distrito de Itapema, para a mista de Zimbros, distrito e município de Pôrto Belo.

#### Admitir:

De acordo com a lei n. 277, de 18 de julho de 1949:

A complementarista Maria Coleta (Irmã) para, na qualidade de extranumerário-diarista, exercer na Escola mista de São José, município de Mafra, a função de Professor, com o salário diário de ...

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edital n. 592

De acordo com o disposto no art. 881, do Código de Processo Civil, para conhecimento das partes interessadas, dá-se publicidade no "Diário Oficial do Estado" de que, nesta data, na sessão da Câmara Civil, foi assinado o venerando acórdão, cuja conclusão e do teor seguinte:

Agravo n. 1.825, da comarca de Curitiba, agravante Roque Silva e agravado os beneficiários do acidentado João Alonzo Alves dos Santos: "não conhecer do agravo, por intempestivo. Custa pelo agravante."

Cartório em Florianópolis, 17 de abril de 1950.

Abelardo da Costa Arantes, escrivão.

Edital n. 593

De acordo com o disposto no art. 881, do Código de Processo Civil, para conhecimento das partes interessadas, dá-se publicidade no "Diário Oficial do Estado" de que, nesta data, na sessão da Câmara Civil, foram assinados os venerandos acórdãos, cujas conclusões são do teor seguinte:

Apelação civil n. 3.006, da comarca de Campos Novos, apelantes Leonel Cordeiro dos Santos e s/m, e apelados João Gomes de Campos e Ernesto Linhares da Silva: "por conformidade de votos, conhecer e negar provimento a apelação interposta, para confirmar como confirmam, a sentença que julgou improcedente a ação de usucapão. Custas pelos apelantes."

Apelação civil n. 3.140, da comarca de Blumenau, apelante Otto Jens Jensen e apelado Eloy de Oliveira: "conhecer e negar provimento a apelação interposta por Otto Jens Jensen, para confirmar, como confirmam, por seus fundamentos, a sentença que julgou improcedente a ação de despejo proposta contra Eloy de Oliveira. Custas pelo apelante."

Suspeição n. 49, da comarca de Chapecó, excipiente Dr. Gaspar Continho, excipiente do Dr. Juiz de Direito: "não tomar conhecimento da exceção, por intempestiva. Custas pelos excipientes."

Cartório em Florianópolis, 20 de abril de 1950.

Abelardo da Costa Arantes, escrivão.

Edital n. 594

De acordo com o disposto no art. 881, do Código de Processo Civil, para conhecimento das partes interessadas, dá-se publicidade no "Diário Oficial do Estado" de que, nesta data, na sessão da Câmara Civil, foram assinados os venerandos acórdãos, cujas conclusões são do teor seguinte:

Agravo n. 1.817, da comarca de Urussanga, agravante Cia. Siderúrgica Nacional e agravada a beneficiária de José Pio Delfino: "conhecer do agravo e dar-lhe provimento, para decretar a prescrição da ação. Sem custas."

Agravo n. 1.819, da comarca de Curitiba, agravante José Epaminondas da Costa Valente e outros e agravados Alberto Zinsser e outros: "não tomar conhecimento do recurso, por ter sido interposto fora do prazo legal. Custas pelos agravantes."

Agravo n. 1.824, da comarca de Joazeiro, agravante Comércio e Indústria Saule Pagnonelli S. A. e agravado Banco do Brasil S/A: "conhecer do recurso e negar-lhe provimento, para confirmar, por sua conclusão, a sentença agravada. Custas pela agravante."

Anulação de desquite n. 654, da comarca de Florianópolis, apelante Dr. Juiz de Direito e apelados Manoel da Paixão Tourinho e s/mother: "negar provimento ao recurso ex-officio, para confirmar, como confirmam, a sentença que homologou o desquite entre os cônjuges Manoel da Paixão Tourinho e Odete Telles Tourinho. Custa na forma da lei."

Cartório em Florianópolis, 24 de abril de 1950.

Abelardo da Costa Arantes, escrivão. (1648)

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção de Santa Catarina

Edital n. 3

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção deste Estado, faz saber, para os fins do decreto n. 22.478, de 20 de fevereiro de 1933, que requereram inscrição no Quadro de Advogados os bacharéis Alfredo Zimmer e Omar Macliel Berendit, respectivamente.

Qualquer membro da Ordem ou interessado poderá representar documentadamente contra os candidatos a inscrição, no prazo de cinco dias úteis a contar do conhecimento deste edital.

As inscrições em apreço poderão ser canceladas por perda ou carência de qualquer dos requisitos dos artigos 12 e 15, do referido decreto.

Florianópolis, 26 de abril de 1950.

Oswaldo Bulcão Vianna, 1º secretário. (1048)

CR\$ 21.00, correndo a despesa por conta da dotação 26-1-26 do orçamento vigente.

Portaria de 28 de abril de 1950

O SECRETARIO RESOLVE

Conceder licença:

De acordo com o art. 162, alínea a, da lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949:

A Rosita da Silva Póvoas, ocupante do cargo da classe E da carreira de Enfermeiro-Vistorador, do Quadro Único do Estado, lotada no Centro de Saúde de Blumenau, por trinta dias, com vencimento integral, e a contar de 20 de abril corrente. (1635)

COMISSÃO DE ESTUDOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESTADUAIS

PARECER N. 56/50

João Puerta de Castro, ocupante do cargo da classe E da carreira, extinta, de Continuo, do Quadro Único do Estado, com exercício no Departamento de Saúde Pública, requerer que constando da sua ficha individual, o tempo de serviço prestado à Imprensa Oficial.

2. Segundo informação de fls. o requerente trabalhou na referida Imprensa no período de 17 de outubro de 1935 a 31 de dezembro de 1937, ou seja, durante 2 anos, 2 meses e 14 dias.

3. Pelo deferimento.

S. S., em 4 de janeiro de 1950.

Carlos da Costa Pereira, presidente e relator.

Gustavo Neves

J. Batista Pereira

Elpidio Barbosa

Aprovado. 20-1-50. (Ass.) Aderbal R. da Silva

PARECER N. 69/50

Polibio Napoleão Venera, ocupante do cargo da classe K da carreira de Oficial Administrativo, lotado no Tesouro do Estado, pede o cancelamento de uma nota de suspensão, consignada na sua folha de serviço em data de 26 de outubro de 1929.

2. O decreto-lei federal n. 24.761, de 14 de julho de 1934, no seu artigo 19, estabelece:

"Ficam canceladas, para todos os efeitos, exceto para a perpetuação de vantagens pecuniárias e de qualquer espécie, as penas disciplinares em que hajam incorrido, até a presente data, os funcionários públicos civis, federais, estaduais e municipais".

3. Nesse texto legal se funda a pretensão do requerente, que, a nosso ver, está assim amparado legalmente.

4. Todavia, o cancelamento das penas disciplinares, de que trata o citado decreto-lei, visa a efeito moral, tanto que ressalva as vantagens pecuniárias e de qualquer espécie, ou sejam as de ordem material.

5. Nestas condições, somos pelo deferimento do pedido, que tenha o requerente direito a reaver quantia descontada dos seus vencimentos por efeito da suspensão e, bem assim, a pleitear vantagens materiais, como licença-prêmio ou contagem em dobro para aposentadoria, relativamente ao decênio que incluía a época da referida falta.

S. S., em 4 de janeiro de 1950.

Carlos da Costa Pereira, presidente.

Gustavo Neves, relator.

J. Batista Pereira

Elpidio Barbosa

Aprovado. 17-1-50. (Ass.) Aderbal R. da Silva.

PARECER N. 122/50

Roberto Hesckett Pedrosa, aposentado no cargo de 2º Oficial da Diretoria da Justiça, na conformidade do artigo 177 da Constituição Federal outorgada em 10 de novembro de 1937, requer sua reversão.

2. Na forma do artigo 84, da lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949, como aliás na forma da legislação que antes vigorava, o requerente deve fazer prova de não contar mais de 58 anos de idade e bem assim submeter-se à inspeção de saúde para que fique provada a sua capacidade para o exercício da função.

3. Satisfeitas essas formalidades e verificado achar-se o requerente em condições de pleitear assim a sua reversão, somos pelo deferimento do pedido.

S. S., em 11 de janeiro de 1950.

J. Batista Pereira, relator.

Elpidio Barbosa

Satisfeitas as exigências mencionadas no parecer supra.

23-1-50

(Ass.) Aderbal R. da Silva

PARECER N. 175/50

Celso Leon Salles, ocupante do cargo da classe U da carreira de Engenheiro, do Quadro Único do Estado, com exercício na Residência do Departamento de Estradas de Rodagem em Blumenau, requer pagamento do adicional a que tem direito, nos termos da lei n. 281, de 27 de julho de 1949.

2. Opinamos pela concessão do adicional na base de 8% sobre Cr\$ 2.730,00, de 1º de março a 31 de julho do ano findo, e na base de 6% sobre Cr\$ 3.900,00, de 1º de agosto em diante, de acordo com a informação de fls., do Tesouro do Estado.

S. S., em 18 de janeiro de 1950.

Carlos da Costa Pereira, presidente e relator.

J. Batista Pereira

Elpidio Barbosa

Aprovado. 20-1-50. (Ass.) Aderbal R. da Silva

PARECER N. 177/50

José Almeida de Oliveira, cabo da Polícia Militar, requer pagamento do adicional a que tem direito, nos termos da lei n. 281, de 27 de julho de 1949.

2. Opinamos pela concessão do adicional na base de 5% sobre Cr\$ 616,00, de 1º de março a 31 de julho do ano findo, e na mesma base sobre Cr\$ 750,00 de 1º de agosto em diante, de acordo com a

informação de fls., do Tesouro do Estado.

S. S., em 18 de janeiro de 1950.

Carlos da Costa Pereira, presidente e relator.

Elpidio Barbosa

J. Batista Pereira

Aprovado. 20-1-50. (Ass.) Aderbal R. da Silva

PARECER N. 181/50

João Montana da Conceição, soldado da Polícia Militar, destacado em Curitiba, requer pagamento do adicional a que tem direito, nos termos da lei n. 281, de 27 de julho de 1949.

2. Opinamos pela concessão do adicional na base de 5% sobre Cr\$ 574,00, de 1º de março a 31 de julho do ano findo, e na mesma base sobre Cr\$ 700,00 de 1º de agosto em diante, de acordo com a informação de fls., do Tesouro do Estado.

S. S., em 18 de janeiro de 1950.

Carlos da Costa Pereira, presidente.

J. Batista Pereira, relator.

Elpidio Barbosa

Aprovado. 20-1-50. (Ass.) Aderbal R. da Silva

PARECER N. 182/50

Nicolau Quintino, soldado da Polícia Militar, destacado em Curitiba, requer pagamento do adicional a que tem direito, nos termos da lei n. 281, de 27 de julho de 1949.

2. Opinamos pela concessão do adicional na base de 5% sobre Cr\$ 574,00, de 1º de março a 31 de julho do ano findo, e na mesma base sobre Cr\$ 700,00 de 1º de agosto em diante, de acordo com a informação de fls., do Tesouro do Estado.

S. S., em 18 de janeiro de 1950.

Carlos da Costa Pereira, presidente.

J. Batista Pereira, relator.

Elpidio Barbosa

Aprovado. 20-1-50. (Ass.) Aderbal R. da Silva

Concurso para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Guarda-Sanitário, do Quadro Único do Estado

Faço público, para conhecimento dos interessados, que, nesta data, foram aprovadas por esta Comissão, as inscrições referentes ao concurso para provimento em cargos da classe inicial da carreira de Guarda-Sanitário, do Quadro Único do Estado, dos seguintes candidatos:

- 1 — Wenceslau José Duarte
- 2 — Zeno Henrique da Conceição
- 3 — Aldo Prazeres
- 4 — Waldemar Fernandes
- 5 — Silvio Belarmino Alves
- 6 — Domingos Pedro da Silveira
- 7 — Jorge Augusto Penedo
- 8 — Walmar de Sousa
- 9 — Bernardino Machado.
- 2 — Outrosim, pelo conhecimento dos interessados, que o concurso acima referido será realizado de acordo com a seguinte escala:

a) Dia 5 de maio, às 7,30 horas: provas de Português e Matemática.

As provas serão realizadas no Departamento de Saúde Pública.

3 — Ficam os candidatos convidados a vir receber os respectivos cartões de identidade, na sede desta Comissão.

Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais, em Florianópolis, 2 de maio de 1950.

Carlos da Costa Pereira, presidente. (1681)

Término de contrato de locação de serviços que se faz entre o

Governo do Estado de Santa Catarina e o senhor doutor Isaac Lobato Filho, para o fim que nele se declara.

Aos cinco dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta, nesta cidade de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, no prédio à rua Felipe Schmidt, número trinta e seis

(36), onde funciona a Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais, presente, de um lado, o presidente da Comissão de Estudos dos Serviços Públicos Estaduais, senhor Carlos da Costa Pereira, representando o Governo do Estado, ora denominado contratante, e de outro lado o senhor doutor Isaac Lobato Filho, aqui denominado contratado, foi concluído este contrato, na forma e sob as cláusulas seguintes:

Cláusula I — O representante do contratante, usando da atribuição que lhe confere o artigo treze (13), do decreto-lei número mil e vinte e três (1.023), de trinta (30) de maio de mil novecentos e quarenta e quatro (1944), contrata, pelo presente ato, o senhor doutor Isaac Lobato Filho, médico formado pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, para prestar seus serviços profissionais, na qualidade de Tisiologista, no Hospital "Neréu Ramos", pelo prazo de dois anos.

Cláusula II — O contratado obriga-se, durante o período normal de trabalho, ou extraordinário que lhe for determinado, a exercer, no referido noscônio, os serviços de Tisiologista, e orientar os trabalhos do Dispensário de Tisiologia, dentro do programa de combate à tuberculose.

Cláusula III — A cirurgia tisiológica a ser executada pelo contratado, no Hos-

DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

MÊS DE MAIO

Plantões

1º — Segunda-feira (feriado) — Farmácia Catarinense — Rua Trajano.

6 — Sábado — Farmácia Noturna — Rua Trajano.

7 — Domingo — Farmácia Noturna — Rua Trajano.

13 — Sábado — Farmácia Santo Agostinho — Rua Conselheiro Mafra.

14 — Domingo — Farmácia Santo Agostinho — Rua Conselheiro Mafra.

20 — Sábado — Farmácia Esperança — Rua Conselheiro Mafra.

21 — Domingo — Farmácia Esperança — Rua Conselheiro Mafra.

27 — Sábado — Farmácia da Fé — Rua Felipe Schmidt.

28 — Domingo — Farmácia da Fé — Rua Felipe Schmidt.

O serviço noturno será efetuado pelas Farmácias Santo Antônio e Noturna, situadas às ruas João Pinto e Trajano n. 17.

A presente tabela não poderá ser alterada sem prévia autorização deste Departamento.

Departamento de Saúde Pública, em 25 de abril de 1950.

Luiz Osvaldo d'Acampora, Inspetor de Farmácias. (1567)

TESOURO DO ESTADO

Edital

De ordem do sr. diretor do Tesouro do Estado, intimo o sr. Cornélio Busmann, ocupante do cargo de Escrivão, referência IV, com exercício na Coletoria de Itaipópolis, que, sem causa justificada, vem faltando ao serviço desde o dia 21 de março do corrente ano, a apresentar-se naquela Coletoria dentro do prazo de 20 dias, contados de hoje, ou a justificar o motivo de sua ausência, sob pena de, findo este prazo, ser exonerado por abandono de emprego na forma prescrita pelo artigo 254, da lei n. 249, de 12 de janeiro de 1949.

E, para que chegue ao conhecimento daquele funcionário, foi lavrado o presente edital, que será publicado pelo "Diário Oficial do Estado".

Estação do Expediente, em 2 de maio de 1950.

Moncyr de Moraes Lima, secretário do Diretor. (1673)

EMPRESA DE LUZ E FORÇA ELÉTRICA DE ITAIPÓPOLIS S. A.

Reunião extraordinária

CONVOCAÇÃO

Ficam convidados os senhores acionistas para se reunirem em reunião extraordinária, a realizar-se a 22 do corrente mês, às 10 (dez) horas na sede social, à rua Dr. Getúlio Vargas, afim de deliberar sobre a construção da nova usina.

Itaipópolis, 15 de abril de 1950.

Alvaro G. Kamienski, diretor-gerente. (1003)

Hospital "Neréu Ramos", dependerá das extensões do serviço e da limitação das atividades a cargo do cirurgião do referido estabelecimento.

Cláusula IV — O contratante obriga-se a pagar ao contratado, mensalmente, como contribuição aos serviços, o salário de seis mil cruzeiros (Cr\$ 6.000,00) correndo a despesa, neste exercício, pela dotação 32-1-51 do vigente orçamento e nos anos subsequentes, pela verba que for consignada, nos orçamentos respectivos, destinada ao pagamento de salários dos extranumerários do Hospital "Neréu Ramos".

Cláusula V — O presente contrato poderá ser rescindido em qualquer tempo, por iniciativa do contratante ou contratado, mediante aviso-prévio de sessenta dias.

Cláusula VI — O presente contrato começará a vigorar da presente data, e terminará dois (2) anos após.

Cláusula VII — Sujeitar-se-á o contratado aos regulamentos, resoluções e portarias emanados da direção do Departamento de Saúde Pública e da do Hospital "Neréu Ramos", que, com aqueles, não colidam, relativos às funções e encargos exercidos pelos seus funcionários.

Cláusula VIII — O contratado declara aceitar todas as condições estipuladas nas cláusulas deste contrato, e sujeitar-se aos efeitos dele decorrentes.

O presente contrato, lavrado por mim, Benêdice Coelho, ocupante do cargo de chefe da carreira de Oficial Administrativo, do Quadro Único do Estado, às fls. 22 v. 23 e 24 v. do livro próprio, para firmeza e validade do que fica estabelecido, é, depois de lido e achado conforme, assinado pelas partes interessadas, pelas testemunhas abaixo declaradas, e por mim, estando isento de qualquer imposto ou taxa.

Carlos da Costa Pereira

Isaac Lobato Filho

João Galvão Dias de Oliveira

Porfirio Moreira da Silva

Benêdice Coelho

## HABEAS-CORPUS N. 1.911, DA COMARCA DE JOINVILLE

Relator: Des. Ferreira Bastos.

Nega-se a ordem porque inexistente a alegada coação ilegal.

O réu devidamente citado e interrogado, ausentou-se irregularmente do distrito da culpa, não assistindo, por isso, a inquirição das testemunhas, deixando assim prosseguir o processo à sua revelia.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de habeas-corpus n. 1.911, da comarca de Joinville, impetrantes os advogados drs. Wilmar Dias e Lauro Luiz Linhares e paciente Raulino Miranda:

ACORDAM, em Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos e consoante o parecer verbal do sr. dr. Procurador Geral do Estado, denegar a ordem impetrada, pugnas as custas na forma da lei.

Ao contrário do que se aduz, não existe coação ilegal decorrente de nulidade de processo, que daria lugar ao deferimento do pedido.

Conforme se infere dos autos originais, o paciente foi citado, de modo regular, para ver-se processar, tendo sido qualificado e interrogado, constituindo nessa oportunidade seu defensor o bacharel Hercílio Alexandre da Luz, que, no tríduo, ofereceu alegações escritas, arrolando testemunhas.

Pouco importa, para o caso, não haja o réu assistido à inquirição das testemunhas para cujo ato deixou de ter ciência por não ter sido encontrado, ausente que se achava da comarca.

Citado inicialmente, como foi, a simples ausência, por mais de oito dias, sem a devida comunicação à autoridade processante, importou no prosseguimento do feito à sua revelia, conforme expressamente prescreve o art. 369 do Código de Processo Penal.

Demais disso nenhum prejuízo lhe adveio respeito à sua defesa, de vez que esteve sempre assistido por seu procurador que funcionou com muita diligência em todas as fases do processo.

Devolvam-se à Secretaria do Tribunal os autos apensados.

Florianópolis, 18 de janeiro de 1950.

Urbano Salles, presidente. Ferreira Bastos, relator. Hercílio Medeiros. Alves Pedrosa. Guilherme Abry.

Serviu de Procurador Geral ad-hoc o sr. dr. Edmundo Accácio Moreira. Ferreira Bastos.

## HABEAS-CORPUS N. 1.914, DA COMARCA DE ITAJAI

Relator: Des. Guilherme Abry.

Nega-se a ordem, uma vez que a conveniência da prisão preventiva do paciente está demonstrada, e a infração criminal, inafiançável, e a respectiva autoria, a ele imputada, estão provadas.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de pedido de habeas-corpus da comarca de Itajaí, impetrante e paciente Felix Vitorino dos Santos:

O paciente reclama contra a prisão preventiva, em que se encontra, decretada pelo Juiz de Paz no exercício do cargo de Juiz de Direito, pela autoria de um crime previsto no art. 214 do Código Penal. Afirma, antes de tudo, que não cometeu o delito a ele imputado. Alega, em seguida, que a prisão preventiva, para ser uma medida legal e justa, deve ser fundamentada, o que não ocorreu no seu caso, porquanto o Juiz se limitou: a) a reproduzir os arts. 312 e 313 do C. Penal; b) a dar o acusado como incurso em artigo do C. Penal que comina pena de reclusão no máximo de dez anos; c) a dizer que a prova dos autos autoriza a prisão preventiva. Acentua a divergência entre o ter o dr. delegado regional classificado o crime como "tentativa de estupro", e o Juiz capitular como "atentado violento ao pudor". Que improcede a presunção de que procura fugir à justiça, porquanto espera ver dentro em breve seu nome limpo. E finalmen-

te diz que tanto o relatório da autoridade policial, como o despacho que decretou sua prisão preventiva, se estribam em conjecturas e se fundamentam em artigos do C. Penal de crime alheio à queixa apresentada por A. L.

O decreto de prisão preventiva, atacado pelo impetrante, está exarado nestes termos: "Vistos etc. O sr. dr. Delegado Regional de Polícia, representou sobre a necessidade de ser decretada a prisão preventiva do indiciado Felix Vitorino dos Santos, uma vez que o mesmo já é indivíduo processado, com várias entradas na cadeia pública desta cidade e já condenado pela comarca de Brusque, e vivendo ainda na prática constante de atos de libidinagem. Isto posto: I — "A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, por conveniência da instrução ou para assegurar a aplicação de Lei Penal" (Art. 312 do C. P. P.) e nos crimes inafiançáveis não compreendidos no art. 312 (n. I do artigo 313 do C. P. P.). II) — O indiciado Felix Vitorino dos Santos está sendo acusado por crime inafiançável a que a Lei comina pena de reclusão inferior, no máximo a dez anos de prisão. III) — A prova que existe no inquérito, autoriza a decretação da prisão preventiva do indiciado, pois está o mesmo sendo acusado de crime de atentado violento ao pudor (divergindo nesta parte e enquanto não terminar o inquérito o dr. Delegado), praticado na pessoa de uma criança de cinco anos de idade de nome D. filha do sr. A. L., crime este que por si só demonstra a periculosidade do tal indiciado, que para bem da Justiça, e da segurança das demais crianças deverá ser custodiado, segregado da sociedade em que vive. O indiciado, se sóto ficar, procurará fugir e trará desassocção à sociedade. Merece, por isso, continui prêso para que se efetive a aplicação da Lei. Pelo exposto: DECRETO a prisão de Felix Vitorino dos Santos, recomendando-se onde se encontrar. Publicada etc...".

Vê-se da transcrição, que o decreto da prisão não está inteiramente desprovido de fundamentação. Há nêle alusão à conveniência da custódia do paciente, e referência ao fato criminoso e à sua autoria, e respectiva prova. Não obstante, para facultar ao Tribunal melhores elementos para ajuizar da legalidade da medida decretada, foram avocados os autos de respectivo inquérito, que estão a estes apensos.

Em julgamento do pedido, o exmo. sr. dr. Procurador Geral opinou pelo seu indeferimento, com o que concordou o Tribunal. E de fato, o despacho impugnado encontra plena justificação na prova e nos indícios dos autos.

A conveniência da prisão do paciente é evidente. Trata-se de indivíduo com repetidas entradas na Delegacia de Polícia, local, por fatos idênticos ao por que agora está sendo responsabilizado. E conforme indicação fornecida pela Procuradoria Geral, há contra êle em curso na comarca de Brusque processo por crime previsto no art. 180 § 1º do C. P. A sua segregação da sociedade, como elemento perigoso à família, é assim medida não só recomendável, como necessária. Quanto ao fato criminoso e à sua autoria por parte do paciente, não resta qualquer dúvida. Existe até testemunha de vista, fato, aliás, muito raro em delitos dessa natureza. E nenhuma importância tem a circunstância de haver a autoridade policial pedido a prisão com fundamento em determinada infração penal, e o juiz a ter decretado, adotando classificação diferente. Diante do exposto.

ACORDAM, em Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça, conhecer do pedido e negar a ordem impetrada; devendo os autos apensos ser devolvidos com urgência ao juízo de origem. Custas na forma da lei.

Florianópolis, 8 de fevereiro de 1950.

Urbano Salles, presidente. Guilherme Abry, relator. Ferreira Bastos. Hercílio Medeiros. Alves Pedrosa.

Estive presente: Milton da Costa.

RECURSO DE HABEAS-CURPUS N. 130, DA COMARCA DE ARARANGUÁ

Relator: Des. Hercílio Medeiros.

Não se toma conhecimento do recurso por interposto fora do prazo.

Conhece-se, porém, originariamente do pedido, na conformidade do disposto no art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal, desde que é de se conceder a ordem, em face da disposição do Delegado de Polícia de prender os

pacientes, independentemente de mandado judicial, se continuarem a trabalhar na construção do porto, para o que nenhum impedimento de ordem jurídica existe, evidenciando-se assim a iminência de coação manifestamente ilegal.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso de habeas-corpus n. 130, vindos da comarca de Araranguá, em que são recorrentes Santos Joaquim Mattos, Jovino José Cândido, Serafim Joaquim Mattos, Waldomiro Antônio Cândido, Boaventura Antônio Cândido, José Antônio Cândido, Manoel Vicente, Lavino José Vicente, Domingos Pedro Gonçalves, Orlando Baltazar, Honorato Cruz, João Júlio Corrêa, Antônio Manoel Cândido e José Vicente Antônio e em que é recorrido o dr. Juiz de Direito:

ACORDAM, em Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, preliminarmente, não tomar conhecimento do recurso e, conhecendo originariamente do pedido, deferi-lo, na conformidade do parecer verbal do exmo. sr. dr. Procurador Geral do Estado, concedendo-se aos pacientes salvo conduto, afim-de que não sejam molestados pela autoridade policial, sem que para tanto exista determinação legal.

E assim decidem, pelos motivos seguintes:

Intimado o impetrante, da sentença que denegou a ordem, a 10 de fevereiro próximo findo, conforme se verifica da certidão de fls. 9, a petição de interposição de recurso firmada por aquele, não obstante datada de 14 do aludido mês, somente foi apresentada ao Juiz em data de 18, consoante o evidência o despacho de fls. 10, fora, portanto, do prazo legal, que é de cinco dias.

Consequentemente, não é de se conhecer do recurso.

Do pedido, porém, não se pode deixar de conhecer originariamente, à vista do disposto no art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal, que é assim concebido: "Os juizes e os tribunais têm competência para expedir de ofício ordem de habeas-corpus, quando no curso de processo verificarem que alguém sofre ou está na iminência de sofrer coação ilegal".

Orá, e o próprio Delegado de Polícia de Araranguá quem afirma, em suas informações, que fez ver a todos os pacientes, empregados na construção de um porto para balsa, que estava encarregado de manter o embargo a ele requisitado, em outubro de 1949, pelo Engenheiro Residente da Diretoria de Estradas de Rodagem, e "que poderia receber ordem de forçá-los a parar com o serviço e se desobedecido os prenderia a todos" (fls. 5).

A condicional, que tanta impressão causou ao dr. Juiz de Direito, ao contrário do que entendeu s. excia., não tem, evidentemente, o condão de retirar o caráter ilegal à ameaça feita aos pacientes, porque, e claro, ninguém é obrigado a se conformar com uma determinação manifestamente exorbitante.

A iminência de coação ilegal subsiste sempre, em face da disposição do Delegado de prender todos, independentemente de um mandado judicial, se os pacientes, contrariando a proibição emanada do Engenheiro Residente, continuarem a trabalhar na construção do porto, para o que, afinal, pelo menos, por enquanto, nenhum impedimento de ordem jurídica existe.

Sem custas.

Florianópolis, 1º de março de 1950.

Urbano Salles, presidente. Hercílio Medeiros, relator. Osmundo Nóbrega. Alves Pedrosa. Ferreira Bastos. Flavio Tavares.

Estive presente: Milton da Costa.

Presidiu a sessão do julgamento o exmo. sr. des. Edgar Pedreira e foi voto vencedor o do exmo. sr. des. Nelson Guimarães. Hercílio Medeiros.

#### MANDADO DE SEGURANÇA N. 50, DA COMARCA DE JOAÇABA

Relator: Des. Guilherme Abry.

R. H. propôs contra O. Sch. ação de despejo de prédio rural, e por ter ela ficado paralisada por falta de juiz togado, o mesmo R. H. propôs mais tarde contra O. Sch. uma ação de manutenção de posse, referente ao mesmo prédio,

requerendo mandado de manutenção provisória dessa posse, que lhe foi concedido. Contra essa medida O. Sch. impetrou mandado de segurança, por considerar líquido e certo seu direito à retenção do prédio por benfeitorias.

O pedido foi deferido, afim-de ser restabelecida a situação anterior entre as partes na ação de despejo, revogado especialmente o ato da aludida manutenção provisória da posse.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de pedido de mandado de segurança da comarca de Joazeiro, requerentes Oswaldo Schumacher e sua mulher e requerido o Juiz de Paz no exercício do cargo de Juiz de Direito:

I. Alegase na inicial: que, após prévia notificação para desocupá-lo no prazo de seis meses, Rodolfo Heimfarth propôs contra Oswaldo Schumacher e sua mulher a ação para despejá-los de um prédio rural, a saber: parte de um terreno com a área total de 217.350 metros quadrados, situado na colônia "Bon Retiro", da comarca, e casa nela construída, de propriedade daquele; que os R. R. contestaram essa ação, afirmando, além de outros pontos de defesa, que tem direito à retenção por benfeitorias úteis e necessárias, como a casa, galpão, chiqueiro, uma estrada para roça, plantações de milho e mandioca etc; que posteriormente os R. R. requereram a designação de um perito para avaliar as benfeitorias mencionadas; que nesse ponto parou o processo, devido, conforme se assevera, por falta de juiz togado na comarca; que, decorridos alguns meses, o mesmo Rodolfo Heimfarth e sua mulher vieram contra os mesmos Oswaldo Schumacher e sua mulher com outra ação, a de manutenção de posse, visando o mesmo prédio rural, objeto da referida ação de despejo, e no final da inicial pediram a citação dos R. R. para a justificação prévia, necessária à expedição, a favor dos A. A., de mandado de manutenção provisória de sua posse sobre dito imóvel. Essa justificação foi feita, e o despacho que a julgou procedente, proferido pelo juiz de paz no exercício do cargo de juiz de direito, ordenou a expedição desse mandado.

Em vista da situação criada pelos fatos assim historiados, e confirmados pelos documentos juntos por certidões à petição de fls. 2, e atendendo a não haver recurso regular contra despacho ordenatório de expedição de mandado de manutenção provisória, Oswaldo Schumacher e sua mulher vieram com o presente pedido de mandado de segurança, fundamentando-o, em resumo, deste modo: que, em curso a ação para despejá-los, a eles, requerentes, do prédio referido, inadmissível, ilegal era a propositura de uma outra, segunda, ação, colimando idêntico objetivo, isto é, o apossamento daquele imóvel; que eles requerentes tem direito, como medida cabível na ação de despejo, de reter as benfeitorias, até decisão final; que, porém, deferida aos A.A. a manutenção liminar de posse sobre dito imóvel, desapareceu a possibilidade da retenção deste por benfeitorias; que, dessa forma, constitui o referido mandado de manutenção uma ameaça a direito certo e incontestável deles, requerentes, qual o de reter por benfeitorias o prédio em causa, conforme protesto feito na contestação, ameaça remediável mediante mandado de segurança.

Afigurando-se ao relator que no caso dos autos se verificava a hipótese prevista no art. 324 § 2º do Código de Processo Civil, resolveu suspender o mandado de manutenção provisória de posse expedido contra o R. R., ora requerentes, mas o ato não produziu o efeito visado, porque, quando transmitida a ordem de suspensão ao juiz da comarca, o mandado já havia sido executado.

O senhor juiz de Paz, no exercício do cargo de juiz de direito, prestou sua informação. Inicialmente pensa que "os atos de autoridade judiciária passíveis da incidência do mandado de segurança são apenas os de caráter administrativo (Rev. For. janeiro 1949, p. 125)". Faz, depois, várias considerações sobre as duas ações, a de despejo e a de manutenção, e conclui por julgar a última mais acertada para o caso contravertido, e afirma que, em vista das provas colhidas na justificação, o mandado de manutenção foi concedido com inteira justiça. As informações estão anexas certidões de várias peças das duas ações.

O sr. dr. Procurador Geral opinou, preliminarmente, pelo cabimento do mandado de segurança contra decisão judicial, como a da espécie, de acordo, aliás, com julgado deste Tribunal a que se reporta. No mérito, parece-lhe líquido e certo o direito dos requerentes à retenção do imóvel por benfeitorias, direito esse atingido pela medida preliminar da expedição do mandado de manutenção provisória, que os esbulhou judicialmente do imóvel. Destruída, assim, a faculdade de poderem retê-lo, não restava aos impetrantes outro remédio senão o mandado de segurança, visto como do despacho que concede mandado de manutenção provisória, não cabe recurso.

II. A preliminar aventada pela autoridade coatora improcede. O julgado apontado pela Procuradoria Geral traduziu a orientação deste Tribunal, sobre cabimento de mandado de segurança contra ato decisório judicial. Na espécie trata-se de despacho contra o qual nenhum recurso existe.

As demais considerações contidas na informação do senhor juiz de Paz merecem ainda ligeiro reparo. Conforme já assinalado, considerou ele cabível para a "querela" entre as duas partes a ação de manutenção, e não a de despejo. Acentuou a propósito, e para argumentar, que os R. R. haviam reconhecido na contestação não existir contrato de locação. Realmente, os ora requerentes afirmaram que o A. não era locador, como também no final dessa contestação o seu advogado escreveu: "... devendo a presente ação ser julgada improcedente, quando mais não seja pela sua impropriedade... Entretanto, é certo que os A. A. aceitaram, expressamente", por "analogia" a ação proposta. Tanto que a contestaram, e discutiram o mérito de seu direito, inclusive o de retenção por benfeitorias. Mas, de qualquer forma, mesmo que os contestantes viessem exclusivamente com alguma exceção ou alegação de impropriedade da ação, enquanto essas não definitivamente julgadas, a ação única e verdadeira era a de despejo, que, em hipótese alguma, poderia ser invalidada de plano, sem forma nem figura de juízo, por simples despacho do juiz.

Como razão de decidir do mérito, vai transcrita a parte atinente do parecer do sr. dr. Procurador Geral, onde se indicou, de forma cabal, a juridicidade da pretensão dos impetrantes:

"...2) A mim parece, como pareceu ao desembargador relator, que o direito do requerente é líquido e certo. Evidentemente, o direito de o despejado reter o imóvel até o pagamento das benfeitorias é incontestável. O Código Civil, em seu art. 516, estabelece o princípio geral: "O possuidor de boa fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis, bem como, quanto às voluptuárias, se lhe não forem pagas, a levá-las, quando o puder sem detrimento da coisa. Pelo valor das benfeitorias necessárias e úteis, poderá exercer o direito de retenção". É do acórdão exarado nos autos de apelação civil n. 2.664, da comarca de Palhoça, o ensinamento de que vou me aproveitar: "Ninguém pode negar que, segundo a sistemática do Código Civil, as benfeitorias constituem um acessório da coisa — art. 62 — e elas podem ser voluptuárias, úteis e necessárias. O possuidor de boa fé tem direito à indenização das benfeitorias úteis e necessárias, pelo seu exato valor e sobre elas exerce o direito de retenção, como é expresso no art. 516 do Código Civil. A lei não dá direito ao possuidor de má fé, quando ele age unilateralmente, como está previsto e se pode verificar do confronto dos arts. 517 e 873 do Código Civil. Mas, o princípio de que o direito de retenção não beneficia aquele que age de má fé, não é absoluto, e tanto não o é que, segundo disposto no art. 548 do Código Civil — a má fé de ambas as partes se compensa. No entanto, o possuidor de boa fé, que faz melhoramentos, que aumenta, ou facilita o uso da coisa, ou que a conserva, ou que a torna mais deliciosa a este uso, tem, nos termos defendidos pelo art. 63, um crédito vencido contra o proprietário; esse crédito tem com a coisa uma relação de conexidade, porque o benfeitorizante tem a coisa em seu poder; provada a posse, o possuidor detém a coisa, até ser pago integralmente das despesas feitas, sob pena de usar de um direito legal e justo qual seja o de retenção. (In Jurisprudência, 1946, pág. 150). Finalmente, de acordo com o preceituado no art. 1.012 do Código de Processo Civil, nas ações reais e reipersecutórias — como soe ser o despejo — é lícito o pedido de retenção por benfeitorias (Ap. civ. n. 2.625, de Tubarão, Jurisprudência 1947, pág. 300)".

"3) Ora, no caso, consoante demonstram os documentos constantes dos autos, Oswaldo Schumacher e sua mulher contestaram a ação de despejo que lhes foi movida por Rodolfo Heimfarth e sua mulher, sustentando, então, o direito à retenção do imóvel por benfeitorias; ação essa paralisada por falta de juízo togado na comarca. Entrementes, os autores intentaram contra os ora impetrantes, quanto ao mesmo objeto de demanda, uma outra ação — ação de manutenção de posse —, em cima da primeira, e que, tendo sido deferida a medida preliminar nela pedida, veio atingir direito líquido e certo dos réus, visto como esbulhou-os judicialmente do imóvel, destruindo, assim, a faculdade de poderem retê-lo, como lhes assegura a lei, pelas benfeitorias, até o julgamento da ação de despejo onde a questão será decidida. Em virtude de tais fatos, reconhecidos, aliás, pelo exmo. desembargador relator — tanto que mandou suspender o mandado de manutenção provisória de posse — não restava aos impetrantes, efetivamente, outro remédio senão o mandado de segurança, visto

como do despacho que concede o mandado de manutenção provisória de posse não cabe recurso..."

Pelo exposto,

ACORDAM, em Tribunal de Justiça por suas Câmaras Reunidas, conhecer do presente pedido, e julgá-lo procedente, afim-de que seja restabelecida a situação anterior entre as partes na ação de despejo, em que é A. Rodolfo Heimfarth e são R. R. os ora requerentes, revogado especialmente o ato da manutenção provisória da posse daquele e de sua mulher no prédio rural em aprêgo. Transmitir-se ao senhor juiz de Paz, no exercício do cargo de juiz de direito da comarca de Joaçaba, cópia deste acórdão, e expeça-se o competente mandado de segurança. Custas na forma da lei.

Florianópolis, 24 de março de 1948.

Urbano Salles, presidente. Guilherme Abry, relator. Luiza Freire, Edgar Pedreira, Flávio Tavares, Hercílio Medeiros, Nelson Guimarães.

Esteve presente ao julgamento o sr. Sub-Procurador Geral dr. Vitor Lima. Guilherme Abry.

#### AGRAVO DE DECISÃO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relator: Des. Urbano Salles.

Exibição de provas. Em mandado de segurança é feita liminarmente. A hipótese da autoridade pública se ter negado a fornecer ao impetrante os documentos que necessita para instruir o pedido, deve ser ventilada, e feita a requisição, preliminarmente na ação. Ao juiz que processa o recurso não cabe, em rigor, julgar da admissibilidade e da necessidade da requisição, mas sim ao juiz, ou tribunal, a quem compete julgar o mérito.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de agravo de decisão do presidente do Tribunal de Justiça, em que é agravante Henrique Berenhauer:

O requerente pediu a requisição de certidões da Prefeitura Municipal que lhe foram negadas com fundamento nos arts. 46 e 281 do Código Tributário e da Lei que estabeleceu a Taxa de Quitação, afim-de instruir o recurso que pretende interpor do acórdão que foi proferido no Mandado de Segurança, de Florianópolis, em que ele é requerente e requerida a Prefeitura.

O pedido não obteve deferimento, dizendo o presidente em seu despacho agravado:

"A lei não me confere atribuição para a medida solicitada. A facilidade dada ao juiz do processo de requisitar documentos ou certidões de repartição pública de acordo com os arts. 321, § 2º, 216, 223 e 224 do Código de Processo Civil, não tem aplicação ao caso concreto, que é de recurso. A lei é clara no seu texto. Ela se refere sempre, evidentemente, ao período probatório da ação, anteriormente à sentença".

O pedido de mandado de segurança, em razão do rito especial e rápido do processo, deve ser instruído, desde logo, com os documentos probatórios do direito pleiteado. A hipótese da autoridade pública ter se negado a fornecer ao impetrante de mandado de segurança os documentos que ele necessitava para instruir seu pedido, prevista no art. 321, § 2º do Código de Processo Civil, deve ser ventilada, e feita a requisição, preliminarmente na ação. No mandado de segurança exibição de provas é feita liminarmente. O requerente podia tê-la realizado, requerendo-a ao juiz da causa ou ao relator do mandado, o que não fez como se depreende da certidão de fls. 3, porque não quis. Por outro lado, a regra (art. 224 do cit. Cód.) é de que — ao contrário do que afirma o agravante, salvo motivo de força maior, ou caso de prova contrária — o documento somente poderá ser produzido pelo autor, com a petição inicial, e pelo réu, com a defesa. É certo que a lei não determinou o momento para o juiz requisitar às repartições públicas as certidões necessárias à prova das alegações das partes, mas o pedido delas deve ser feito naquele período, isto é, pelo menos, dentro da instrução da causa, o que não se deu no caso sub-judice.

"Somente em casos excepcionais e havendo força maior, ou justo impedimento, reconhecido pelo prudente arbitrio do juiz, será permitido o oferecimento de novos documentos após a fase inicial da ação, isto é, depois da inicial ou defesa" (Ac. un. da Câmara Cível deste Tribunal, de 26-VII-43, na apel. civ. n. 2.410, rel. des. Edgar Pedreira, in Diário Of. n. 2.570, de 26-VIII-43; Jurisprudência, vol. de 1943, pág. 102). Ao juiz que processa o recurso não cabe, em rigor, julgar da admissibilidade e da necessidade da requisição aludida, mas sim ao juiz, ou tri-

bunal, a quem compete julgar o mérito do recurso, que, aliás, o requerente ainda não interpôs.

Assim:

ACORDAM, em Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, para confirmar a decisão agravada.

Custas pelo agravante.

Florianópolis, 8 de março de 1950.

Urbano Salles, presidente e relator. Edgar Pedreira. Ferreira Bastos. Flávio Tavares da Cunha Mello. Hercílio Medeiros. Osmundo Nóbrega. Alves Pedrosa.

Foi voto vencedor o do exmo. sr. des. Nelson Guimarães. Urbano Salles.

#### APELAÇÃO CIVEL N. 3.000, DA COMARCA DE FLORIANÓPOLIS

Relator: Des. Osmundo Nóbrega.

Bens doados pela concubina, com a cláusula de incomunicabilidade. Reivindicação de metade, por parte da mulher do donatário, antes da partilha dos bens do casal. Inadmissibilidade.

O art. 248, n. IV, do Cód. Civil, refere-se à reivindicação, por parte da mulher, de bens doados ou transferidos pelo marido à concubina e não à de bens por esta doados àquele, com a cláusula de incomunicabilidade.

Ainda que anulada a cláusula de incomunicabilidade, não podia a mulher reivindicar sua parte nos referidos bens, antes da partilha, decorrente do desquite, visto como passaria a existir um condomínio, entre o casal, e não pode haver reivindicação de um condômino contra outro condômino.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação cível n. 3.000, da comarca de Florianópolis, em que é apelante Adelaide Quintina da Silva e apelado José Arquimino da Silva:

ACORDAM, em Câmara Civil, por votação unânime, adotando como parte integrante deste o relatório de fls., conhecer da apelação e negar-lhe provimento, para confirmar a sentença apelada. Custas pela apelante.

Assim decidem, quanto ao desquite, porque dos autos ressalta provada a culpa da apelante. No tocante à reivindicação de metade dos bens do apelado, marido da reivindicante, que os herdou, em virtude de testamento, de uma amásia, Ambrosina Martinha da Conceição, com a cláusula de incomunicabilidade, assim decidem porque o art. 248, n. IV, do Cód. Civil, em que se baseou esta parte do pedido, refere-se à reivindicação por parte da mulher, de bens comuns doados ou transferidos pelo marido à concubina, ou seja, a situação justamente inversa. No caso os bens estão em poder do apelado, pelo que, mesmo que fôsse anulada a cláusula de incomunicabilidade, não podia a apelante reivindicá-los antes da partilha, visto como passaria a existir um condomínio, entre o casal, e não pode haver reivindicação de um condômino contra outro condômino.

Cumpram frisar ainda que a apelante, que se acha separada do apelado desde 1907, não conseguiu provar, *quantum satis*, a alegação de que ditos bens na realidade já pertenciam a seu marido antes da morte da amásia, em nome da qual figuravam apenas para fraudá-la. A prova existente a respeito desta alegação, além de falha e contraditória, tem contra si o fato de ter ficado demonstrado que Ambrosina Martinha da Conceição tinha economia própria, mantendo, por vários anos, um pequeno estabelecimento comercial, em sociedade com outrem que não o apelado. A apelante chega mesmo a concordar em parte com aquela circunstância, quando admite que os bens em questão foram adquiridos pelo trabalho em comum do apelado e da amásia, durante trinta longos anos de convivência e esforços conjugados, o que, aliás, tira ao pedido todo e qualquer apóio de ordem moral.

Florianópolis, 1º de dezembro de 1949.

Flávio Tavares, presidente, com voto. Osmundo Nóbrega, relator. Nelson Guimarães.

Fui presente: Vitor Lima.

#### APELAÇÃO CIVEL N. 3.014, DA COMARCA DE BOM RETIRO

Relator: Des. Osmundo Nóbrega.

Sucessão provisória. Se pode o sucessor demarcar o imóvel que lhe coube na partilha.

O sucessor provisório, na qualidade de representante do ausente, pode propor ação demarcatória, para fixar os limites do imóvel que lhe coube na partilha.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação cível n. 3.014, da comarca de Bom Retiro, em que são apelantes Ernesto Batista de Goss e sua mulher e apelados Manuel Boell, sua mulher e outros:

ACORDAM, em Câmara Civil, por votação unânime, adotando como parte integrante deste o relatório de fls., conhecer da apelação e negar-lhe provimento, pagas as custas pelos apelantes.

Trata-se de ação de demarcação, em concurso com ação de divisão, propostas pelos apelantes, sucessores provisórios do ausente Josino da Maia, contra os confrontantes e condôminos do único imóvel àquele pertencente. O sucessor provisório, na qualidade de representante do ausente, pode propor ação demarcatória, para fixar os limites do imóvel que lhe coube na partilha. Carvalho Santos, apoiado em Aubry & Rau, entende que, "para propor ação em juízo, é necessária autorização judicial, o que se deduz de circunstância de poder a ação importar em ato de disposição" (Cód. Civil Interp., VI, 488). De qualquer forma, propondo a ação demarcatória, deve o sucessor provisório, como é óbvio, fazer a prova do *juz in re*, com a juntada do título de domínio do ausente.

Tal prova, no entanto, não foi feita pelos apelantes. Instruíram eles o pedido apenas com o formal de partilha, que, por si só, não constitui prova de domínio contra terceiro, mesmo em se tratando de sucessão definitiva. A ação, portanto, não poderia vingar, tal como foi proposta.

Quanto à divisão, o pedido ficou prejudicado. Existe na espécie um concurso sucessivo de ações, em que a demarcação é preliminar em relação à divisão, de vez que o perímetro só poderá ser dividido depois de previamente delimitado. Não cabe, pois, discutir a questão relativa à divisão do imóvel do ausente, entre os herdeiros, como se fez na partilha apesar do disposto no art. 474 do Cód. Civil, invocado pelos apelados contra a pretensão dos apelantes.

Florianópolis, 19 de dezembro de 1949.

Flávio Tavares, presidente, com voto. Osmundo Nóbrega, relator. Alves Pedrosa.

APELAÇÃO CIVEL N. 3.098, DA COMARCA DE URUSSANGA

Relator: Des. Alves Pedrosa.

Desapropriação por necessidade ou utilidade pública. Imissão de posse provisória. Constitucionalidade do art. 15, do decreto-lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de apelação cível n. 3.098, da comarca de Urussanga, em que é apelante a Companhia Siderúrgica Nacional S. A. e são apelados Olívio Adamante e sua mulher:

ACORDAM, em Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, dar provimento a apelação, para, reformando a decisão recorrida, restabelecer, para todos os efeitos, a que concedeu a imissão provisória da apelante na posse do terreno desapropriado, devendo prosseguir a ação na forma da lei.

Trata-se de uma ação de desapropriação, em que o dr. Juiz de Direito negou à expropriante o direito de se imitar provisoriamente, na posse dos bens, sob o fundamento de que o art. 15, do decreto-lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941, contraria o disposto no § 16, do art. 141 da Constituição Federal, que condiciona a desapropriação por necessidade ou utilidade pública a prévia e justa indenização.

A questão já foi debatida e solucionada por este Tribunal contrariamente ao ponto de vista sustentado pelo dr. Juiz a quo. No acórdão de 24 de agosto do corrente ano, do qual foi relator o exmo. sr. desembargador Osmundo Nóbrega, ficou suficientemente esclarecido que:

"A imissão provisória, prevista no art. 15, do decreto-lei n. 3.365, não constitui violação do preceito constitucional que subordina a desapropriação por necessidade ou utilidade pública a prévia e justa indenização. O art. 141, § 16, da Constituição Federal, exige indenização prévia, para a desapropriação que importa transferência do domínio, e não para a simples imissão provisória na posse, enquanto se discute o quantum da indenização". (JURISPRUDENCIA — 1949, pág. 272).

Custa pelos apelados.

Florianópolis, 28 de setembro de 1949.

Urbano Salles, presidente. Alves Pedrosa, relator. Guilherme Abry, Edgar Pedreira, Ferreira Bastos, Flávio Tavares, Hercílio Medeiros, Osmundo Nóbrega, Nelson Guimarães.

# TESOURO DO ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

## SUB-DIRETORIA DE CONTABILIDADE

MOVIMENTO DA TESOUREARIA, EM 22 DE ABRIL DE 1950

|                                 |                   |
|---------------------------------|-------------------|
| Saldo do dia 21, em caixa       | Cr\$ 3.019.008,50 |
| <b>RECEBIMENTOS</b>             |                   |
| Receita orçamentária            | 27.313,20         |
| Repartição fiscais, c/de saldos | 1.000.000,00      |
|                                 | Cr\$ 4.046.321,70 |

### PAGAMENTOS

|                                   |                   |
|-----------------------------------|-------------------|
| Secretaria do Interior e Justiça  | 102.904,20        |
| Secretaria da Segurança           | 600,00            |
| Departamento de Estatística       | 2.000,00          |
| Montepio                          | 80,50             |
| Saldo na Tesouraria para o dia 24 | 3.880.677,00      |
|                                   | Cr\$ 4.046.321,70 |

### DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

|                       |              |              |
|-----------------------|--------------|--------------|
| <b>NA TESOUREARIA</b> |              |              |
| Depósitos             | 1.450.562,80 |              |
| Montepio              | 315.047,20   |              |
| Disponível            | 2.115.067,00 | 3.880.677,00 |

### NOS BANCOS

|                             |              |              |
|-----------------------------|--------------|--------------|
| <b>Do Brasil</b>            |              |              |
| Disponível                  | 402.626,10   |              |
| Montepio em c/c. direta     | 60.048,20    | 522.674,30   |
| <b>Nacional do Comércio</b> |              |              |
| O/especial n. 3             | 4.480.016,80 |              |
| O/especial n. 3             | 2.220,30     |              |
| O/remessas Coletorias       | 177.671,00   |              |
| Montepio c/c. direta        | 321.316,30   | 4.981.224,40 |

|   |            |            |
|---|------------|------------|
| <b>Indústria e Comércio de Santa Catarina</b> |            |            |
| Disponível                                    | 293.387,20 |            |
| Montepio em c/c. direta                       | 2.529,70   | 300.913,90 |

|                              |            |            |
|------------------------------|------------|------------|
| <b>Do Distrito Federal</b>   |            |            |
| Disponível em c/de movimento | 1.777,10   |            |
| Montepio em c/c. direta      | 803.693,30 | 865.475,40 |

|  |                    |  |
|--|--------------------|--|
| <b>De Crédito Popular e Agrícola de Santa Catarina</b> |                    |  |
| Disponível c/depositos                                 | 906.702,60         |  |
| Caixa Econômica Federal — C/A disposição               | 603.900,10         |  |
| Caixa Bancária Bocke Ltda.                             | 209.908,50         |  |
|  | Cr\$ 12.361.476,20 |  |

Manoel Rodrigues Araújo  
Oficial administrativo

Manoel F. da Silva  
Tesoureiro

### REGISTRO CIVIL

#### Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Jonas Andriani e Maria José Salgado de Oliveira, solteiros, domiciliados e residente neste sub-distrito. Ele, comerciante, natural deste Estado, nascido em Tijucas, filho de Pedro Eulálio Andriani e Anísia Peixoto Andriani. Ela, funcionária federal, natural de São Paulo, nascida em São José do Rio Pardo, filha do dr. José Benedito Salgado de Oliveira e Heloisa Senra Salgado de Oliveira.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Florianópolis, 27 de abril de 1950.

Protásio Leal, oficial (1649)

#### Edital

Faço saber que pretendem casar-se: Vau-marel de Mello e Mercedes Quintoda, solteiros, brasileiros. Ele, mecânico, domiciliado e residente neste primeiro sub-distrito, filho de João Leocádio de Mello e de Cecília Mello. Ela, operária, domiciliada e residente em Brusque, filha de Antônio Cândido Quintoda e de Rita Quintoda.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Florianópolis, 29 de abril de 1950.

Protásio Leal, oficial (1649)

### VVA. GIACOMO BÚRIGO S. A. — COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGRICULTURA

#### Assembleia geral ordinária

Convocamos os senhores acionistas para a assembleia geral ordinária que deverá realizar-se no dia 20 de maio p. vindouro, às 14 horas, na sede social.

#### Ordem do dia

- 1º — Apresentação, discussão e votação do balanço e contas de 1949 e parecer do conselho fiscal;
- 2º — Eleição do novo conselho fiscal;
- 3º — Outros assuntos de interesse social.

Criciúma, 15 de abril de 1950.

Martha Minatto Búrigio, diretor-presidente.

#### AVISO

Acham-se à disposição dos senhores acionistas os documentos de que trata o artigo 99, do decreto-lei n. 2.627, de 28-9-40. (1018)

### COMÉRCIO E TRANSPORTES C. RAMOS S. A.

#### Edital

Ficam convidados os srs. acionistas para a assembleia geral extraordinária, a realizar-se na sede desta sociedade, à rua João Pinto, n. 9, às 9 horas, no dia 25 de abril do corrente ano, para proceder-se à eleição de membros da diretoria.

Florianópolis, 12 de abril de 1950.

Celso Ramos, presidente.

(Publicação retardada por falta de espaço.) (1024)

### MAQUINARIA SUL CATARINENSE S. A. — COMÉRCIO E INDÚSTRIA

#### Edital

São convidados os senhores acionistas desta Sociedade a se reunirem em assembleia geral ordinária, a realizar-se no escritório desta Sociedade, à rua Marechal Deodoro s/n., nesta cidade, às 16 horas, no dia 30 de abril do corrente ano, afim de deliberarem e resolverem sobre a seguinte

#### Ordem do dia

- 1º — Exame, discussão e aprovação das contas da diretoria relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1949, do balanço, conta de lucros e perdas e parecer do conselho fiscal;
- 2º — Eleição da nova diretoria;
- 3º — Eleição do conselho fiscal;
- 4º — Assuntos gerais de interesse social.

#### AVISO

Na forma do art. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, encontram-se à disposição dos senhores acionistas os documentos exigidos pelo citado diploma legal.

Criciúma, 31 de março de 1950.

João Soratto, diretor-presidente. (1004)

### COMPANHIA JENSEN — AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

#### Convocação

Pelo presente, são convidados os senhores acionistas desta sociedade, a se reunirem em assembleia geral extraordinária, a se realizar no dia 13 de maio p. vindouro, às 15 horas, na sede social, para deliberarem sobre a seguinte

#### Ordem do dia

- Assuntos de interesse social.
- Blumenau, 28 de abril de 1950.
- Guilherme Jensen, diretor-comercial. (1023)

### CONSTRUÇÕES E MOVEIS MONDINI S. A. — COMÉRCIO E INDÚSTRIA

#### Convocação de assembleia geral extraordinária

São convidados os senhores acionistas a se reunirem no dia 7 de maio de 1950, às 10 horas, na sede provisória à rua 7 de Setembro n. 69, em Joazeiro, para deliberarem sobre o seguinte:

- 1º — Eleição do conselho fiscal.
- 2º — Aprovação do relatório do liquidatário.

Finalde Mondini, liquidatário. (1005)

### DIRETORIA DA FAZENDA

MOVIMENTO DA TESOUREARIA, EM 4 DE ABRIL DE 1950

Saldo do dia 3 (em caixa) Cr\$ 1.602.894,80

### RECEITA ORÇAMENTÁRIA

|                       |                   |
|-----------------------|-------------------|
| Arrecadação           | 30.647,60         |
| Depositos de dinheiro | 1.003,90          |
|                       | Cr\$ 1.634.546,30 |

### PAGAMENTOS

#### DESESA ORÇAMENTÁRIA

|                                    |                     |
|------------------------------------|---------------------|
| Educação Pública                   | 6.450,00            |
| Saúde pública                      | 1.600,00            |
| Serviços industriais               | 550,00              |
| Execução e fiscalização financeira | 300,00              |
| Encargos diversos                  | 2.893,80            |
| <b>SALDO</b>                       | <b>1.622.652,50</b> |
|                                    | Cr\$ 1.634.546,30   |

### DISCRIMINAÇÃO DOS SALDOS

|   |                   |              |
|---|-------------------|--------------|
| <b>Na Tesouraria</b>  |                   |              |
| Disponível  | 1.507.840,50      |              |
| Depósitos   | 24.812,00         | 1.622.652,50 |
| <b>No Banco de Crédito Popular e Agrícola de Santa Catarina</b> |                   |              |
| No Banco Nacional do Comércio — Conta n. 2                      | 274.392,80        |              |
| Na Casa Bancária Bocke Ltda.                                    | 29.318,00         |              |
|   | 330.000,00        |              |
|   | Cr\$ 2.256.063,30 |              |

Prefeitura do Município de Florianópolis, em 4 de abril de 1950.  
C. Machado Silva  
Of. adm. enc. do controle  
Daniel Marcelino  
Visto — Reinaldo Alves, Diretor  
Tesoureiro (1612)

## FECULARIA FEY S. A.

### RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresento à vossa apreciação o balanço geral, conta de "lucros e perdas" e demais contas do exercício encerrado em 31 de outubro de 1949, bem como o parecer do conselho fiscal.

Pelos documentos em referência que evidenciam os resultados obtidos no exercício decorrido, os senhores acionistas têm todos os dados necessários para julgarem os atos da gerência, que permanecerá, entretanto, à vossa disposição, para quaisquer esclarecimentos que forem necessários.

Gustavo Richard (Ibirama), 15 de janeiro de 1950.

Ricardo Fey, diretor-gerente.

### BALANÇO GERAL, ENCERRADO EM 31 DE OUTUBRO DE 1949

#### A T I V O

|                             |            |                 |
|-----------------------------|------------|-----------------|
| <b>Estável</b>              |            |                 |
| Máquinas e instalações      | 40.016,60  |                 |
| Ferramentas                 | 251,30     | 40.270,90       |
| <b>Disponível</b>           |            |                 |
| Caixa                       |            | 44.722,00       |
| Realizável                  |            |                 |
| Fécua — Semi-conta          | 229.225,00 |                 |
| Acionistas                  | 42.000,00  | 271.225,00      |
| <b>Contas pendentes</b>     |            |                 |
| Gastos de instalação        | 5.039,90   |                 |
| Perdas a amortizar          | 74.603,80  | 79.643,70       |
| <b>Conta de compensação</b> |            |                 |
| Ações caucionadas           |            | 10.000,00       |
|                             |            | Cr\$ 445.861,60 |

#### P A S S I V O

|                             |            |                 |
|-----------------------------|------------|-----------------|
| <b>Inexigível</b>           |            |                 |
| Capital                     | 80.000,00  |                 |
| Fundo de reserva legal      | 14.722,00  |                 |
| Fundo de depreciação        | 7.356,20   | 102.078,20      |
| <b>Exigível</b>             |            |                 |
| Contas correntes            | 312.653,20 |                 |
| Dividendos não reclamados   | 16.439,10  |                 |
| Impostos a pagar            | 4.468,70   |                 |
| Lucros suspensos            | 222,40     | 333.783,40      |
| <b>Conta de compensação</b> |            |                 |
| Caução da diretoria         |            | 10.000,00       |
|                             |            | Cr\$ 445.861,60 |

### DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS", ENCERRADA EM DATA

|                          |            |                                 |
|--------------------------|------------|---------------------------------|
| <b>SUI RA</b>            |            |                                 |
| de Fécua — Semi-pronta   |            | 281.225,00                      |
| de Perdas a amortizar    |            | 546,60                          |
| a Impostos e taxas       | 1.313,30   |                                 |
| a Consertos              | 19.397,20  |                                 |
| a Fretes e carretos      | 1.645,00   |                                 |
| a Ordenados              | 21.840,00  |                                 |
| a Bolsa fundos públicos  | 310,00     |                                 |
| a Despesas de escritório | 1.800,00   |                                 |
| a I. A. P. I.            | 1.356,40   |                                 |
| a Ordenados da diretoria | 24.000,00  |                                 |
| a Matéria prima          | 190.462,60 |                                 |
| a Lenha                  | 15.210,00  |                                 |
| <b>Total</b>             |            | Cr\$ 284.771,60 Cr\$ 284.771,60 |

Gustavo Richard (Ibirama), 31 de outubro de 1949.

Ricardo Fey, diretor-gerente.

Marlim Ganai, contador, CRCSC, n. 133.

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo-assinados, membros do conselho fiscal da firma Fecularia Fey S.A., tendo examinado detidamente o balanço geral e demonstração da conta de lucros e perdas, e demais documentos referentes ao exercício encerrado em 31 de outubro de 1949, acharam tudo em perfeita ordem, motivo por que os recomendamos à aprovação da assembleia geral ordinária, para tal fim convocada.

Gustavo Richard (Ibirama), 10 de novembro de 1949.

Adolfo Bini

Alfredo Wegner

Edmundo Flores

(767)

### JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CAÇADOR

#### Edital

Aviso aos interessados que, neste Juízo, por parte do Banco Industrial e Comercial do Sul S/A, com sede na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, foi dada entrada de uma declaração de crédito solicitando fosse habilitado na falência Indústrias Busato S/A, como credor quirografário, na importância de Cr\$ 4.715,00 (quatro mil setecentos e quinze

cruzeiros), proveniente de descontos e abatimentos em títulos negociados pela firma falida com aquele estabelecimento bancário. Os interessados poderão, querendo, contestar o pedido no prazo legal, de conformidade com a lei de falências.

Cartório do Juízo de direito da comarca de Caçador, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta. João Santo Damo, escrivão do Civil e Anexos.

(1000)

# BITTER AGUIA S. A. -- INDÚSTRIAS DE BEBIDAS

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

(Ata n. 14)

Senhores acionistas:  
 Si se apreciar as estatísticas de vendas, poderá observar-se claramente como os negócios decorreram flutuantes durante o exercício, e embora, que na sua síntese final as vendas anuais tenham tido uma queda relativamente pequena, ela é grande depois de levar em consideração o aumento de 100% do imposto de consumo que o Governo elevou desde o dia primeiro de janeiro do corrente ano. Si em suma que a queda das vendas se deve à situação anormal internacional, por outra parte da queda das vendas se deve ao aumento do imposto de consumo, fazendo com que parte dos consumidores tivessem que preferir artigos inferiores dado aos preços elevados para os produtos de alta classe.

Em todo caso, o conselho fiscal aprecie com calma, raciocínio e bom senso esta nossa mensagem, e dela aguardamos a palavra acerca da nossa atuação para o decorrer deste exercício, encerrando a presente ata com a assinatura dos membros da diretoria integrantes.

Marcelino Ramos, 31 de dezembro de 1949.

T. G. Oliveira, diretora-comercial.  
 Carlos E. Kalber, diretor-comercial.  
 Pedro Bonato, presidente-administrativo.  
 F. Aquilino Simon, presidente-fábricas.

| ATIVO   |              |                   |
|---|--------------|-------------------|
| Dinheiro                                      | 10.231,20    | 71.703,50         |
| Em caixa                                      | 61.472,30    |                   |
| A disposição em diversos bancos               |              |                   |
| Estampilhas                                   | 15.383,10    | 15.857,20         |
| Selos de consumo                              | 474,10       |                   |
| Selos mercantis                               |              |                   |
| Mercadorias                                   | 25.774,00    | 636.779,00        |
| Transferida p/diversos depósitos              | 611.005,00   |                   |
| Matéria prima nas fábricas                    |              |                   |
| Devedores                                     | 878.281,80   | 1.057.649,30      |
| Constantes no grupo 2 da escrita              | 179.387,50   |                   |
| Constantes no grupo 3 da escrita              |              |                   |
| Instalações                                   | 489.872,10   | 510.286,90        |
| Máquinas, veículos e semoventes               | 20.414,80    |                   |
| Móveis e utensílios                           |              |                   |
| Imóveis                                       | 150.700,00   |                   |
| Segundo inventário                            |              |                   |
|   |              | Cr\$ 2.442.975,90 |
| PASSIVO                                       |              |                   |
| Capital                                       | 1.600.000,00 |                   |
| Subscrito e integralizado                     |              |                   |
| Fundo de reservas                             | 26.211,00    | 35.942,10         |
| Exercício anterior                            | 9.731,10     |                   |
| Presente exercício                            |              |                   |
| Fundo de depreciações                         |              |                   |
| Máquinas, veículos, semoventes e instalações: | 60.248,90    | 158.223,30        |
| Exercício anterior                            | 97.974,40    |                   |
| Presente exercício                            |              |                   |
| Móveis & utensílios                           | 1.578,50     | 3.617,90          |
| Exercício anterior                            | 2.041,40     |                   |
| Presente exercício                            |              |                   |
| Fundo para aquisições, segundo estatutos      |              |                   |
| Artigo 26b) para aquisições de máquinas:      | 52.421,70    | 71.883,80         |
| Exercício anterior                            | 19.462,10    |                   |
| Presente exercício                            |              |                   |
| Artigo 26-c) para aquisições de terrenos:     | 52.421,70    | 71.883,80         |
| Exercício anterior                            | 19.462,10    |                   |
| Presente exercício                            |              |                   |
| Credores                                      | 277.813,90   | 355.458,60        |
| A longo prazo (a maior parte são acionistas)  | 77.644,70    |                   |
| A curto prazo                                 | %            |                   |
| Títulos a pagar                               |              |                   |
| Dividendos                                    | 145.966,40   |                   |
| N. 2 a distribuir                             |              |                   |
|   |              | Cr\$ 2.442.975,90 |

## DEMONSTRATIVO DAS CONTAS "LUCROS E PERDAS"

| DÉBITO                              |              |                   |
|-------------------------------------|--------------|-------------------|
| Ordenados                           | 183.629,50   |                   |
| Gratificações                       | 41.343,60    |                   |
| Despesas de plantações              | 26.456,20    |                   |
| Despesas de viajantes               | 47.165,60    |                   |
| Despesas de fretes & exportações    | 33.923,70    |                   |
| Despesas de despesas                | 179.623,00   |                   |
| Despesas diversas                   | 120.458,20   |                   |
| Selos mercantis                     | 56.772,90    |                   |
| Selos de consumo                    | 509.472,80   |                   |
| Cota de previdência social          | 3.080,50     |                   |
| Impostos e emolumentos              | 59.537,20    |                   |
| Seguros                             | 17.089,80    |                   |
| Propaganda                          | 137.232,20   |                   |
| Juros & descontos                   | 14.297,00    |                   |
| Lucros & perdas                     | 1.435,80     |                   |
| Contas julgadas incobráveis         | 91.785,40    |                   |
| Fundo de depreciações               | 100.015,80   |                   |
| Fundo de reserva legal              | 9.731,10     |                   |
| Fundo de reserva especial           | 19.462,10    |                   |
| Fundo de reserva p/aumento instal.  | 19.462,10    |                   |
| Fundo de aquisições de máquinas     | 145.966,40   |                   |
| Fundo de aquisições de terrenos     |              |                   |
| Dividendo n. 2                      |              |                   |
|                                     |              | Cr\$ 1.817.940,90 |
| CRÉDITO                             |              |                   |
| Mercadorias — lucros desta conta    | 1.777.344,70 |                   |
| Comissões                           | 27,50        |                   |
| Lucros suspensos exercício anterior | 40.558,70    |                   |
|                                     |              | Cr\$ 1.817.940,90 |

Marcelino Ramos, 31 de dezembro de 1949.  
 F. Aquilino Simon, presidente-fábricas.  
 Pedro Bonato, guarda-livros, dipl. 24.504/cart. reg. 2.783.  
 Teresa G. Oliveira, 1ª auxiliar do guarda-livros.

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Havendo observado um movimento anual menor que o ano anterior, e consequentemente menores lucros, sabe-se ser consequência da atual situação mundial, que abraça quase todas as atividades humanas, onde nesta sociedade não poderia deixar de sentir o reflexo. Assim mesmo, nós que acompanhamos, passamos a passo a marcha dos negócios desta sociedade, não poderíamos deixar de consolar um voto de parabéns à diretoria administrativa, dado o acerto que sempre apoiou as suas deliberações nos momentos apropriados. Aprovamos, pois, plenamente o balanço anual.

Marcelino Ramos, 31 de dezembro de 1949.

Anselmo O. Lermen, presidente.  
 Ricardo Alfredo Remor  
 Alfredo Italo Remor

# ESQUADRIAS SANTA CRUZ S. A.

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas:  
 Em cumprimento ao determinado em nossos estatutos e à lei das sociedades anônimas, apresentamos à vossa apreciação o balanço geral, a demonstração das contas do exercício findo, bem assim o parecer do conselho fiscal desta sociedade. Pelos documentos em referência os srs. acionistas poderão verificar a situação da sociedade, bem como julgar os atos praticados pela diretoria, a qual, todavia, se encontra à inteira disposição para prestar os esclarecimentos que forem solicitados.

## BALANÇO GERAL, ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1949

| ATIVO                              |            |                   |
|------------------------------------|------------|-------------------|
| Imobilizado                        | 214.516,20 |                   |
| Imóveis                            | 607.192,50 |                   |
| Máquinas e instalações             | 73.930,00  | 1.604.711,90      |
| Veículos                           | 9.973,20   |                   |
| Móveis e utensílios                |            |                   |
| Disponível                         |            | 23.446,10         |
| Caixa                              | 545.446,70 |                   |
| Realizável                         | 53.737,80  |                   |
| Matéria prima                      | 185.555,70 |                   |
| Almoxarifado                       | 281.845,60 |                   |
| Produtos em fabricação             | 95.000,00  |                   |
| Produtos                           | 568.712,40 |                   |
| Acionistas                         | 47.537,00  | 1.762.939,30      |
| Devedores por duplicatas           |            |                   |
| Contas de movimento                |            |                   |
| De compensação                     | 133.585,10 |                   |
| Carteira de cobranças              | 430.127,30 | 713.712,40        |
| Contas de descontos                | 150.600,00 |                   |
| Contas de caução                   |            |                   |
|                                    |            | Cr\$ 3.506.805,60 |
| PASSIVO                            |            |                   |
| Não exigível                       |            | 1.500.000,00      |
| Capital                            |            |                   |
| Reservas                           | 17.041,40  |                   |
| Fundo de reserva legal             | 17.041,40  |                   |
| Fundo de reserva especial          | 17.041,40  |                   |
| Fundo de reserva p/aumento instal. | 37.787,50  | 88.911,70         |
| Fundo de depreciação               |            |                   |
| Exigível a curto e longo prazo     | 469.041,30 |                   |
| Contas de movimento                | 171.664,00 |                   |
| Credores por fornecimentos         | 430.127,30 |                   |
| Obrigações de descontos            | 115.282,90 | 1.186.115,50      |
| Dividendos                         |            |                   |
| De resultado pendente              |            | 13.066,00         |
| Despesas a pagar                   |            |                   |
| De compensação                     | 563.712,40 |                   |
| Efeitos a cobrar                   | 150.000,00 | 713.712,40        |
| Caução da diretoria                |            |                   |
|                                    |            | Cr\$ 3.506.805,60 |

Canoinhas, 31 de dezembro de 1949.

Paulo Fischer, diretor-presidente.  
 Ernesto Greipel, diretor-gerente.  
 Alzira Rosa Corte, diretora-comercial.  
 Francisco Wilmar Friedrich, contador, registrado sob o n. 0.832, C. R. C.

| DEMONSTRAÇÃO DA CONTA RESULTADO DO EXERCÍCIO INDUSTRIAL |            |              |              |
|---|------------|--------------|--------------|
| a Custo fabricação de Esquadrias                        | 930.061,90 |              |              |
| a Custo fabricação Serraria "A"                         | 123.987,40 |              |              |
| de Produção   |            | 1.054.049,30 | 1.054.049,30 |
| Soma  |            | 1.054.049,30 | 1.054.049,30 |

| DEMONSTRAÇÃO DA CONTA RESULTADO DO EXERCÍCIO COMERCIAL |              |              |              |
|--|--------------|--------------|--------------|
| a Gastos de administração                              | 408.139,90   |              |              |
| a Rendas e despesas extra mercantis                    | 99.834,00    |              |              |
| a Custo da produção                                    | 1.054.049,30 |              | 1.753.648,10 |
| de Vendas  |              |              |              |
| a Lucros e perdas                                      | 191.825,30   |              |              |
| Soma   |              | 1.753.648,10 | 1.753.648,10 |

| DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS & PERDAS |           |            |            |
|--|-----------|------------|------------|
| de Resultado do exercício comercial      | 6.385,40  |            | 191.825,30 |
| a Fundo de reserva legal                 | 11.480,20 |            |            |
| a Fundo de depreciação                   | 6.385,40  |            |            |
| a Fundo de reserva especial              | 6.385,40  |            |            |
| a Fundo de reserva p/aumento instalação  | 84.390,00 |            |            |
| a Dividendos                             | 39.981,40 |            |            |
| a Veículos                               | 24.136,60 |            |            |
| a Devedores p/duplicatas                 | 12.770,70 |            |            |
| a Despesa a pagar                        |           |            |            |
| Soma                                     |           | 191.825,30 | 191.825,30 |

Canoinhas, 31 de dezembro de 1949.

Paulo Fischer, diretor-presidente.  
 Ernesto Greipel, diretor-gerente.  
 Alzira Rosa Corte, diretora-comercial.  
 Francisco Wilmar Friedrich, contador, registrado sob o n. 0.832, C. R. C.

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do conselho fiscal da "Esquadrias Santa Cruz S. A.", no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram detidamente os livros de escrituração e os documentos existentes no arquivo da sociedade. Tendo encontrado tudo em perfeita ordem, são de parecer que as referidas contas sejam aprovadas pela assembleia geral dos senhores acionistas, para tal fim convocada.

Canoinhas, 1º de março de 1950.

Carlos Nunes Pires  
 Theodoro Humenbuk  
 Otto Friedrich

(649)

## INDÚSTRIA SÃO VIRGÍLIO S. A. — TEXTIL E AGRÍCOLA

### Assembleia geral ordinária

### CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas, para se reunirem em assembleia geral ordinária no dia 14 de maio de 1950, às 10 horas da manhã, na sede da Sociedade, à rua Tijuca n. 65, a fim de tomar conhecimento e deliberar sobre a seguinte

### Ordem do dia

1º) Relatório da diretoria, balanço e contas de 1949.

2º) Parecer do conselho fiscal.  
 3º) Assuntos de interesse social.  
 4º) Eleição da diretoria e conselho fiscal.  
 Nova Trento, 31 de março de 1950.  
 José Erbs, diretor-gerente.  
 Assinatura ilegível, diretor-técnico.

### AVISO

Acham-se à disposição dos srs. acionistas os documentos a que se refere o artigo n. 99, do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.  
 Nova Trento, 31 de março de 1950.

### A DIRETORIA

(992)